

CONTRIBUIÇÃO DE *ÁLVARO PINA*

Universidade de Lisboa

Um contributo para o debate ocasionado por uma Mesa Redonda terá de ser relevante para a temática central e motivador da reflexão de quem participa. Este contributo situa-se, para cumprir a sua função, na fronteira entre o que temos e o que precisamos de ter no ensino das línguas vivas nas universidades e nas escolas e institutos superiores.

Vou lançar três questões: (i) a questão dos que ensinam, (ii) a questão daquilo que se ensina e (iii) a questão da mobilização de esforços para novos objectivos.

(i)

Primeiro ponto: é necessário reconhecer as leitoras e os leitores como docentes do ensino superior. Para isso há que proceder à sua integração nas carreiras estatuídas; mas há duas outras coisas que podemos fazer, para as quais não é preciso ficarmos à espera de nova legislação — assegurar a estabilidade de emprego e a igualdade de tratamento em matéria de distribuição de serviço (o mesmo horário que assistentes e professores) e em matéria de reduções e dispensas de serviço para investigação, prosseguimento de formação e pós-graduações e especializações.

O que estou a dizer é que temos de entender e tratar as leitoras e os leitores como profissionais especializados, e não como amadores generalistas, não como leigos entre profissionais. E também que temos de abrir espaços e dinâmicas de investigação nas línguas vivas como línguas vivas na pré- e na pós-graduação: as especializações em línguas vivas não podem fazer-se nem por analogia nem por defeito (com uma pós-graduação em linguística ou em literatura ou em ensino, p. ex.).

É necessário, e é possível, formular projectos de pós-graduação e de especialização em línguas vivas. É indispensável que as leitoras e os leitores participem na formulação dos projectos. É desejável que os projectos nasçam como empreendimento comum das universidades e escolas superiores de educação. Mais adiante deixo claro porquê, quando falar do modelo tradicional do nosso ensino universitário.

(ii)

Segundo ponto: aquilo que se ensina. O que hoje se ensina está muito longe de esgotar as possibilidades de trabalho de quem ensina e as necessidades de quem aprende.

O nosso ensino superior está estrangulado pela tripartição disciplinar de literatura, linguística e aquilo a que se chama cultura. Mas hoje temos a televisão, a rádio, o jornalismo, o cinema, o teatro, a publicidade, a informática, a música, com exigências novas e novos desafios. Novos discursos, novas formas de ler e escrever. E de traduzir: é preciso ensinar e aprender a traduzir para os diferentes *media*, porque a legendagem não vai durar muito.

Outra coisa: o ensino das línguas vivas tem de servir outras faculdades, outros departamentos, outros cursos — a química, a geografia, a medicina, o direito, a sociologia, a engenharia informática, a filosofia. E aqui há duas áreas a considerar: é preciso ensinar as línguas vivas para os estudantes e os especialistas dessas áreas poderem compreender o que lêem e ouvem, mas é preciso também ensiná-los a redigir nessas línguas.

A nível pós-graduado as línguas vivas desempenham um papel que tem sido silenciado na tripartição disciplinar vigente. Com o lançamento de novos modelos curriculares e de novas áreas de investigação e ensino — Estudos Culturais, Estudos de Comunicação e Estudos Pós-coloniais — o papel das línguas vivas é central e já não pode ser silenciado, porque de facto são elas que estão no cerne das problemáticas.

Para fechar este segundo ponto ainda outro tópico: os nossos colegas do ensino básico e do secundário precisam de apoio para o desenvolvimento da sua formação e procuram-no no ensino superior. Há vários programas e esquemas de formação contínua, mas nesses programas qual é o papel das línguas vivas? Ora é nas línguas vivas que eles precisam de mais apoio, e as iniciativas do ensino superior neste domínio têm de pôr as línguas vivas no foco dos projectos.

(iii)

Terceiro ponto: a mobilização de esforços. Só uma proposta: as leitoras e os leitores de línguas vivas do ensino superior têm de perspectivar o seu trabalho de forma coerente e organizada. Têm interesses profissionais a defender. Têm contributos que só elas e eles podem dar para diversificar tarefas, áreas, oportunidades e objectivos no desempenho da sua profissão de ensinar línguas vivas a nível superior. Penso que é tempo de constituírem uma associação profissional e científica, uma associação portuguesa dos professores de línguas do ensino superior, no seio da qual possam pensar e programar o futuro do ensino das línguas vivas no ensino superior.

Termino com esta reflexão: o que caracteriza o nosso ensino universitário é que só depois de concluída a licenciatura começa uma formação profissional, ou uma especialização. Este é o modelo da tradição liberal, que mesmo as licenciaturas em ensino não põem seriamente em causa, o modelo à luz do qual a universidade forma para a «cultura» e não para a «sociedade» e para o mercado. O que é que esta concepção implica? Claro, que a universidade forma professores universitários. E este é o problema crucial do nosso ensino universitário.

Ora, é este modelo que temos de deixar para trás, e é aqui que temos que aprender com as Escolas Superiores de Educação e com vários Institutos Superiores: precisamos de um modelo de ensino superior que conjugue a habilitação para a cultura com a habilitação para o trabalho, para a sociedade, para o mercado.

As línguas vivas, marginalizadas e irrelevantes no modelo da tradição liberal, vão ser centrais e decisivas no modelo que é preciso instaurar. No mundo de hoje, que já é o mundo de amanhã, não há formação cultural e profissional sem línguas vivas de cultura e de trabalho.